



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS - SDH  
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS  
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DO IDOSO - CNDI

**61ª REUNIÃO ORDINÁRIA – CNDI**

**Data: 19 de Fevereiro de 2013 – Brasília/DF**

**Resumo Executivo**

Presentes no Início da Reunião:

Conselheiros Governamentais	Conselheiros da Sociedade Civil
01-Evandro Macêdo (MPOG) 02- Ana Maria Villalba (MINC) 03- Maria Cristina Hoffmann (MS) 04- Mirian da Silva Queiroz (MDS) 05- Paulo (MEC) 06- Albamaria (MPS) 07- Cid (MPD) 08-Luciana Gill Barbosa (Ministérios Cidades) 09- Fátima (MJ) 10- Guido (MCTI)	01-Marcelo Antônio Salgado ( ANG-Brasil) 02-Ir. Terezinha Tortelle( Pastoral Pessoa Idosa) 03- Joana de Oliveira Scerne (ABRAZ) 04- Jussara Rauth (SBGG) 05- Sebastião Amorim (AMB) 06- Jurilza Maria Barros de Mendonça (CFESS) 07-Yelena de Fátima Monteiro de Araújo (AMPID) 08- Vitoria Góis de Araújo (CFESS) 09- Freddy Alejandro S. Antunes (ANADEP) 10-Adriana Zorub Fone Feal (OAB) 11-Valdenora da Cruz Rodrigues (MORHAN) 12- Rita de Cassia G, Martorelli (SESC) 13-Luiz Legnani (COBAP) 14- Paula Ribeiro (ANADEP)
Estrutura: 01-Ana Lucia da Silva (Coordenadora Geral CNDI) 02-Lúcia Rosa Gomes	

**Principais Pontos Discutidos:**

A Srª Salete que até janeiro integrava a este Conselho Nacional fez abertura e convidou o Conselheiro Marcelo Antônio (ANG) para formar a mesa de condução dos trabalhos e explicou que em janeiro deixou de fazer parte do quadro da SDH, e por este motivo já não era mais Conselheira e Presidente do CNDI.

O Conselheiro Paulo (MEC), fala sobre a atuação da Sr<sup>a</sup> Salete, que merece todo respeito ao espaço que ela conquistou, e questionou qual era realmente o motivo da sua saída da SDH.

A Sr<sup>a</sup> Salete – esclareceu que não tem segredo nenhum, que após 02 anos de contribuição para Secretaria de Direitos Humanos-SDH, achou que já era hora de retornar a sua atividade que exercia antes de sua vinda para SDH, e que foi uma decisão bem pensada e tranquila.

A Conselheira Yélena de Araujo (AMPID), expressa sobre a dificuldade que o Conselho teve na gestão passada com a SDH e que foi um marco muito pesado, e que quando a Sr<sup>a</sup> Salete chegou foi uma esperança, devido a serenidade e a sua forma de trabalhar e a pactuação de honrar as suas palavras. E agradeceu e mencionou a satisfação de poder trabalhar durante este período, e espera que o Sr. Gabriel Rocha venha corresponder a sua altura.

A Conselheira Paula Ribeiro (ANADEP) agradece a Salete pelo belo trabalho que ela articulou e conduziu dentro do CNDI, durante a sua atuação.

Sr<sup>a</sup> Salete se despede e deixa o local.

A Conselheira Paula Ribeiro como Vice-presidente do CNDI e na condução dos trabalhos, explica que no primeiro momento seria com a Ministra, mas como ainda não havia comunicação do gabinete, daria continuidade a pauta, e sendo o 1º ponto de discussão será as Reuniões Descentralizadas.

A Conselheira Yélena de Araújo (AMPID), indaga sobre qual foi o critério para escolha dos Estados para realização das Reuniões Descentralizadas e a sugestão seriam os Estados que apresentaram projetos e foram contemplados, a exemplo: Mato Grosso. E qual seria o modelo da reunião que foi discutido na Comissão de Articulação com os Conselhos.

A Conselheira Albamaria (MPS) menciona que abril está muito próximo, e que o pleno tem pouco tempo para organizar uma Capacitação.

Cid (MPS) - expressa sobre os encontros de Conselhos e comenta que não se deve fazer nenhum evento sem a ciência da Secretaria Geral, e diz que tem uma programação para organizar, e havia uma combinação com a Sr<sup>a</sup> Salete que mudaria a

forma da Reunião Descentralizada e que está dependendo do local e qual seria o número de participantes.

A Conselheira Paula Ribeiro como Vice-presidente do CNDI explica que a escolha foi feita na reunião de agosto no Rio de Janeiro, e os Estados receptivos foram Goiás e Rio Grande do Sul.

A Conselheira Jussara Rauth (SBGG) solicita explicação sobre os custos, e infraestrutura, porque em setembro será realizada a Conferência Estadual em seu Estado, e que seria um mês depois da reunião do CNDI.

A Conselheira Paula Ribeiro como Vice-presidente do CNDI responde que depende de que o Conselho irá definir, se será uma reunião ordinária ou haverá também o IV Encontro de Conselhos na Região Centro-Oeste.

Cid (MPS) informa que em conversa com a Conselheira Albamaria acerca da mudança da forma do encontro e que gostariam que incluísse um curso de capacitação para Conselheiros.

A Conselheira Yélena de Araújo (AMPID) aborda que sobre a fala do Conselheiro Cid acha louvável e que o pleno não deveria definir qual Estado e o formato da reunião, e indica que o assunto deveria ser tratado entre a Presidência do CNDI junto com a SDH.

A Conselheira Paula Ribeiro (Vice-presidente do CNDI) fala que a ideia da Conselheira Yélena é bastante válida, mas que a responsabilidade não cabe a Presidência do CNDI e a SDH, de acordo com o Regimento do Conselho existe uma Diretoria Ampliada e que incide a ela definir estas questões, e solicita a Sr<sup>a</sup> Ana Lúcia – Coordenadora do CNDI, para verificar com a Secretaria sobre as diárias e passagens dos Conselheiros que precisarão se deslocar de seus Estados.

O Conselheiro Paulo (MEC) aborda que estas reuniões tem um caráter político, no sentido de juntarem o movimento, toda a força para que as propostas se concretizem.

Conselheira Albamaria (MPS) expressa ser de fundamental importância as discussões que levarão para o Estado: poderia ser o Plano de Gestão Integrado, seria orientação para os Conselhos sobre o Conselho Democrático, abordando vários outros pontos.

Conselheiro Marcelo Antônio (ANG) fala da dificuldade de alguns, por não ter conhecimento das discursões do Governo referente a Política do Idoso, devido a problemas nas Gestões passadas. E que seria importante divulgar as ações do Governo em prol da Pessoa Idosa, e levar aos Estados o conhecimento concreto e positivo do que está sendo realizado.

Conselheiro CID (MPS) reforça a fala do Conselheiro Marcelo Antônio mencionando ainda sobre a cobrança recebida dos Estados, inclusive sobre os Programas como: BPC: cabendo ao MDS responder e prestar essas informações. Sobre a Saúde, há sempre esse questionamento, sobre distribuição dos remédios gratuitos dentre outros. A Previdência: o que vem sendo feito sobre as denúncias dos empréstimos consignados. A Secretaria das Mulheres: como tem acontecido as políticas que foram criada e que abrangem a Mulher Idosa. Ao MEC: saber o que deliberado sobre as Universidades da 3ª idade e se saiu do papel. Os Conselheiros Nacionais precisam fazer o dever de casa e realizar a análise e definir a Pauta para a reunião em Goiás.

A Conselheira Paula Ribeiro (Vice-presidente do CNDI) encaminha para definir a data.

Ficando a definição acertada para 23,24 e 25 de abril de 2013 e em Agosto: nos dias 6, 7 e 8 de agosto de 2013.

A Conselheira Paula Ribeiro (Vice-presidente do CNDI) aborda ainda que um encontro não deveria ter as mesmas situações como as mesmas reclamações e ouvindo as mesmas queixas e não ter retorno para dar a essa população seria um retrocesso e que a ideia dos Conselheiros Cid e Paulo são pertinentes, pois os Conselheiros devem participar do evento levando novas informações de cada pasta do Governo e as ações concretas que estão sendo trabalhadas para a Política da Pessoa Idosa.

Conselheiro Marcelo Antônio (ANG) fala que quando se vai aos Estados tem que ter a intenção de levar uma mensagem de fortalecimento aos Conselhos, com notícias sobre o andamento das Políticas Sociais para as Pessoas Idosas.

Conselheira Jussara Rauth (SBGG) exprime que sobre as Reuniões Descentralizadas pelo fato das pautas serem sempre a mesma, que devem propor indicativos das políticas pública. A Distribuição de um Material instrumental é muito importante, não só para nas Descentralizas, mas para durante todo o ano. É relevante discutir nesses

encontros as dificuldades das políticas para as Pessoas Idosas, lá estarão os representantes das áreas e das instituições, cada um na sua capacidade responderão aos questionamentos.

Conselheira Paula Ribeiro (Vice-presidente do CNDI) explicou o motivo das duas pautas e que foi discutido de acordo com os Conselhos locais e a Comissão de Articulação com os Conselhos.

Conselheira Jussara Rauth (SBGG) expõe que o Conselho anfitrião pode se ouvido, mas quando se dirigem para o encontro devem levar a proposta de trabalho do Conselho Nacional, levar indicativo de trabalho coletivo, e o CNDI tem que ir fortalecido, pois então não terá objetivo e clareza nestas Reuniões Descentralizadas, sendo assim, só mais uma viagem.

Conselheiro Paulo (MEC) apoia as falas do Conselheiro Marcelo Antônio e da Conselheira Jussara, indica que deve ter dois espaços ou momentos, um para região anfitriã e outro para o CNDI. É importante que os Conselheiros Nacionais tenham a visão geral das Políticas envolvendo a temática do Idoso para levar, e fazer como fosse uma prestação de contas do Governo, levar notícias para construir, e esta reunião tem um caráter político, deve-se construir um projeto que realmente possa mudar as coisas.

Albamaría (MPS) fala como ainda é difícil dar visibilidade a questão do envelhecimento no Brasil. Única área que não está contemplada nas políticas do Governo é o da Pessoa Idosa. O maior negligente é o Estado. Deve-se para encaminhar a criação de um GT – Grupo de Trabalho para construir um Plano de Gestão do CNDI e uma estratégia de trabalho. O grupo trabalharia no mês de março inteiro para construir esta proposta, para chegar ao Estado e no evento portando um instrumento de trabalho, para ser apresentado.

Conselheira Paula Ribeiro (Vice-presidente do CNDI) pede que seja analisado se seria resgatar o Planejamento e construir o plano de Ação do CNDI.

Conselheira Joana Scerne (ABRAZ) explica que em Belém/PA além da reunião houve também o lançamento da 3ª CNDPI. O Encontro em Fortaleza/CE já foi bem mais articulado, pois além da Reunião teve o Encontro Macrorregionais Norte e Nordeste. No Rio de Janeiro/RJ além da Reunião das Comissões e do Pleno teve um segundo

momento com os Conselhos da Região Centro-oeste, Sudeste e Sul, e devido ao desenrolar e estavam tentando um acordo para a Reunião Descentralizada.

Conselheiro Cid (MPS) menciona que deve haver uma pauta objetiva a ser tratada em Goiânia-GO, uma pauta curta dentro do exemplo das outras Reuniões Descentralizadas.

Conselheira Fátima (MJ) parabeniza a Conselheira Albamaria pela fala e a indica de antemão a participar do GT, que deverá ser encaminhado o mais rápido possível.

Conselheira Valdenora Rodrigues (MORHAN) fala da importância desses encontros descentralizado, e que surte um grande efeito na região onde acontecem os eventos e é uma contribuição muito boa para os Conselhos locais. Elogia a atitude do CNDI pela iniciativa, e que se sente feliz em fazer parte deste colegiado.

Conselheira Yélena de Araújo (AMPID) indica que a pauta deveria ser construída com o Estado anfitrião, seria acertado entre o Estado local do Encontro e a Diretoria Ampliada.

Conselheira Paula Ribeiro (Vice-presidente do CNDI) aponta que haveria possibilidade, pois o próximo pleno seria a reunião na qual estavam discutindo. E complementou que teria que resgatar as diretrizes discutidas em Fortaleza, para trabalhar em Goiânia e as do Rio de Janeiro, seriam trabalhadas no RGS.

Conselheiro Cid (MPS) indica não haver motivos para essa discursão em torno de uma pauta, e que sua Comissão poderia construir e submeteria ao pleno.

Conselheira Jussara Rauth (SBGG) cita que a propositura do Conselheiro Cid está correta sobre a responsabilidade da pauta, e na questão de assessorar a Diretoria e a Presidência do CNDI.

Conselheira Paula Ribeiro (Vice-presidente do CNDI) encaminha para fixar uma data para a Comissão de Articulação apresentar proposta de Pauta, e complementou que a Diretoria Ampliada estaria reunida nos dias 14 e 15 de março e que deveria ser apresentada nesta data.

A Conselheira Yélena de Araújo (AMPID) registrar que de acordo com o Regimento Interno do CNDI, a Comissão de Articulação com Conselhos não tem competência para construção da pauta.

Conselheira Paula Ribeiro (Vice-presidente do CNDI) depois de por em discussão a mudança da data da reunião de junho, ficou aprovada que passaria para 25, 26 e 27 de junho de 2013.

Conselheira Ana Maria Villalba (MINC) comunicou que trocou de Comissão com o Ministério do Trabalho, ficando na Comissão do Fundo e a representante do Ministério do Trabalho, passou para Comissão com Articulação com Conselhos.

Conselheira Paula Ribeiro (Vice-presidente do CNDI) Chamou as Comissões para apresentarem os relatórios, sendo a primeira a Comissão de Normas.

Conselheira Adriana Zorub (OAB) fez a leitura do primeiro questionamento e disse que o documento em pauta já teria sido respondido no final de 2011, e pede para a Coordenação do CNDI para fazer um resgate, verificar o ocorreu.

Conselheira Jussara Rauth (SBGG) menciona que não é papel do Conselho Nacional emitir parecer e sim dos Conselhos estaduais e autoridades locais, e que tais documentos deveriam ser enviados aos Conselhos locais.

Conselheira Adriana Zorub (OAB) comunica que sempre que chega denúncias no CNDI é feito uma triagem, e conforme o assunto é distribuídos entre as Comissões, para que se proceda as orientações e que as Comissões não podem deixar de responder os questionamentos.

Conselheira Jussara Rauth (SBGG) Jussara Rauth (SBGG) o Conselho esta fazendo o papel da Assessoria Jurídica da SDH.

Conselheira Adriana Zorub (OAB) indica que se a Conselheira Jussara não esta de acordo, pode indicar uma nova reformulação do Regimento Interno.

Conselheira Fatima (MJ) expõe que ao seu entender as Conselheiras (ambas) estão corretas cada uma em seu ponto de vista, mas que estas demandas tomam muito tempo da Comissão de Normas e que as vezes deixam de tocar a política, e volta a atenção para estas questões.

Conselheira Irmã Terezinha (PPI) apoia também a posição da Conselheira Jussara, indicando que as orientações deveriam ser reportadas para os Conselhos Municipais e na falta deste, aos Estaduais e a outras autoridades locais, por eles possuírem mais experiência e conhecimento dos locais de origem das denúncias e esta função deveria ser de quem está próximo.

Conselheira Paula Ribeiro (Vice-presidente do CNDI) orienta, por quando o Ministério Público demanda, ele não está pedindo, ele requisita, e não pode deixar de responder, e que a orientação seria a de procurar um Advogado, o próprio Ministério Público e Conselhos locais, não cabe ao CNDI dizer que não pode responder e que não pertence essa atribuição.

Conselheiro Freddy Alejandro (ANADEP) informa que diante da requisição do Ministério Público, se não responder é entendido como desobediência, então entende-se que é obrigação sim de responder e dar o parecer. Deve ser encaminhado as autoridades competentes, mas deve deixar o nosso parecer claro, sempre dando orientação ao caso.

Conselheira Adriana Zorub (OAB) continuou fazendo a leitura das 05 denuncia, e ao findar a leitura orienta que deverão ser encaminhadas ao interessado e conforme relatório das autoridades locais.

Conselheiro Guido (MCTI): Faz a Leitura das deliberações encaminhadas: Deliberações(1) “Que o CNDI constitua nova Comissão Eleitoral específica para preenchimento da vaga do representante dos Empregadores junto ao Conselho; (2) Tendo em vista a apresentação de um esboço sobre a execução orçamentária do FNI encaminhado pelo Coordenador Geral de Planejamento e Orçamento da Secretaria de Gestão da SDH, sem a formalidade devida, ora juntado a esta ata, decidimos: a) a Comissão expedirá ofício ao Secretário de Gestão para que envie formalmente os balancetes, o relatório financeiro e o balanço anual do FNI do ano de 2012 para análise e manifestação desta Comissão; b) a Comissão expedirá ofício ao Secretário de Gestão para que envie formalmente o saldo existente, bem como a previsão de recursos para FNI no ano de 2013; c) a Comissão expedirá ofício ao Departamento de Cooperação Internacional da SDH/PR, a fim de que informe como será a aplicação dos recursos disponibilizados pelo FNI, ano base 2012; (3) sugerir ao CNDI que oficie o



Gabinete da Ministra, solicitando a participação efetiva de representantes do Conselho (Governo e Sociedade Civil) no grupo de trabalho de elaboração do edital 2013 da SDH/PR, bem como que a minuta do edital seja submetida ao Pleno do Conselho; (4) A Comissão sugere ao CNDI que solicite ao Secretário de Promoção e Defesa de Direitos Humanos apoio administrativo as Comissões deste Conselho, ao mesmo tempo, sugere, enquanto esse apoio não seja efetivado, que a Coordenação do CNDI providencie pastas e arquivos para cada Comissão Permanente, objetivando preservar o histórico das reuniões; (5) Que seja providenciado pela Coordenação do CNDI a publicização dos projetos apresentados, selecionados e conveniados com recursos do FNI; (6) A Comissão expedirá ofício à Coordenação Geral de Acompanhamento de Programas as SNPDDH para que informe a situação dos projetos conveniados em 2002 e o respectivo cronograma de execução; (7) Sugere que o CNDI oficie ao Secretário de Promoção e Defesa de Direitos Humanos para que informe o número do Processo Administrativo de que trata a publicação da resolução do FNI e seu andamento; (8) Considerando que o encaminhamento da Comissão não foi apreciação pela Plenária na última reunião, novamente submete-se à deliberação do colegiado a expedição de Ofício aos Ministérios Públicos Estaduais e Federal, dando ciência aos Estados que não atenderam a Busca Ativa para utilização dos recursos do fundo ou que deixaram de remeter os documentos após selecionados.

Conselheira Ana Maria Villalba (MINC) menciona que pelo fato do prazo ter sido exíguo por este motivo muitos Estados não conseguiram responder.

Sr. Gabriel Rocha (SDH) justificou que os problemas também eram muito grandes nas pontas.

Conselheira Ana Maria Villalba (MINC) expõe que tudo isso aconteceu porque o chamando ficou muito em cima e ficando tarde pra conclusão da documentação.

Conselheira Jussara Rauth (SBGG) confirma que o tempo foi muito exíguo para os Estados apresentarem seus projetos, justificando o prazo muito curto.

Conselheira Irmã Terezinha (PPI) menciona que não se pode cobrar atuação do MP, quando se sabe que o tempo foi curto.

A Conselheira Jussara Rauth (SBGG) sugere que deve publicizar os 22 projetos e valorizar aqueles que enviaram a documentação.

Conselheira Paula Ribeiro (Vice-presidente do CNDI) propõe construir um documento com todos os projetos que foi ou não contemplados.

Conselheira Yelena de Araújo (AMPID) informa que redigirá o ofício, para encaminhar ao Ministério Público dos Estados publicizando todos os projetos do FNI.

Conselheiro Marcelo Antônio (ANG) menciona que “Reiterar ofícios aos Ministérios para informar quais ações concretas que estão em andamento em prol da pessoa idosa, solicitar da secretaria executiva todo material ref. ao Simpósio dos Cuidados com a pessoa idosa, abrir pastas com memórias das pautas anterior das Comissões e por ultimo informa que a Comissão não tem Coordenador.

Conselheiro Cid (MPS) solicita que a Secretaria ficaria com a incumbência de reencaminhar os ofícios, mas que seria interessante telefonar também.

Sr<sup>a</sup> Neusa Muller (CGPI) informa que todas as ações dos Ministérios constam no informe Brasil do ano passado e no livro dos 10 anos do CNDI. E disse que farão novamente fazer outro levantamento das ações para 2013, e que não veria com bons olhos duas solicitações referente as ações. E que o Plano Nacional da Política para o Envelhecimento, será substituído pelo Programa Brasileiro Intergeracional.

Conselheira Paula Ribeiro (Vice-presidente do CNDI) Solicita a Neusa Muller e Ana Lúcia fazerem a interface sobre as ações e que repassem aos Conselheiros.

Conselheira Jurilza Mendonça (CFESS) destaca que em relação ao Plano acha que esta sendo um despeito as Conferências, pelas deliberações aprovadas durante as suas realizações. Neste sentido, entende que não seria necessário realizar as Conferências, pois o Plano foi deliberado pelas Conferências Municipal, Estadual e Federal.

Conselheira Albamaria (MPS) indica apoio a fala da Conselheira Jurilza de que a ideia de criar o Programa Brasileiro Intergeracional, não seria bom para o idoso, porque mais uma vez o Idoso estaria de fora dos programas dos Ministérios. E não entende que depois de tanta discursão da SDH com o Governo em torno do Plano, depois, de repente a Neusa aparece com um Programa Brasileiro Intergeracional sem o conhecimento das pessoas do Governo que participavam do Grupo e do CNDI.

A Sr<sup>a</sup> Neusa Muller (CGPI-SDH) informa que não é uma criação da SDH e sim da Presidência da República.

Conselheira Jurilza Mendonça (CFESS) ressalta que deve ser respeitada e as deliberações das Conferências.

Conselheira Albamaria (MPS) indica que deve criar uma resolução para discutir a política do Pessoa Idosa e comenta que em momento algum o Programa Brasileiro Intergeracional, foi discutido com CNDI e que o encaminhamento seria a resolução.

Neusa Muller (CGPI-SDH) Reforça que não foi a SDH quem fez as modificações e sim as orientações foram recebidas da cúpula do Governo, para que houvesse mais a discursão em torno dos Planos em qualquer área.

Conselheira Jussara Rauth (SBGG) Faz a leitura do relatório da Comissão: Deliberações: 01- solicita reenvio de ofício da Presidência aos Ministérios, solicitando informações referentes aos recursos financeiros aplicados em 2012, - em quais ações, - quais foram os resultados, - metas atingidas e o planejado para 2013; 02- Há a identificação do objetivo 0256 no PPA 2012-2015 no âmbito da SDH que se destina a promover os direitos e garantir proteção social à Pessoa Idosa, do qual requeremos seja encaminhada à Comissão para cumprimento de competência de “apreciação e aprovação” das ações e respectivo orçamento para 2013. Fala que a Secretaria não pode tomar decisões sem o conhecimento do CNDI, referindo-se ao Plano Nacional. E completa falando que tem que haver mais entrosamento dos assuntos entre a CGPI e a Coordenação Geral (Secretaria-Executiva) do CNDI, e que as duas estão trabalhando desarticuladas. E que a SDH viabilize em março de sua Comissão para trabalhar na revisão do PPA das agendas transversais em relação as Pessoas Idosas.

Conselheira Paula Ribeiro (Vice-presidente do CNDI) informa sobre as reuniões da Diretoria Ampliada nos dia 14 e 15 e que a Comissão de Orçamento poderia aproveitar a data para fazer a revisão do PPA.

Conselheira Irmã Terezinha Tortelli (PPI) disse que sua Comissão ficou prejudicada, e que gostaria de saber como ficaria a situação da Presidência do CNDI e se a Vice continuaria como Presidente, como está sendo neste dia.

Conselheiro Marcelo Antônio (ANG) sugere aos Conselheiros que os mesmos retornassem aos seus Estado no dia posterior da Plenária, para evitar o esvaziamento da Plenária antes do termino da reunião.

Conselheira Paula Ribeiro (Vice-presidente do CNDI) indaga se algum Conselheiro ou Conselheira gostaria de acrescentar mais algum ponto. Não havendo interesse, faz o encerramento da Reunião.

Não havendo mais nenhum registro a constar, eu Claudia Americano Dolabella, encerro os apontamentos da 61ª Reunião Ordinária deste CNDI – realizada em 19 de Fevereiro de 2013 – Brasília/DF.

Arquivo recuperado em meio digital para compor as informações históricas do CNDI. Não há registro de que esse arquivo tenha sido assinado física ou digitalmente, ou mesmo que tenha sido aprovado pelo conselho, de modo que não se pode confirmar sua autenticidade.